

PROGRAMA NACIONAL ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE ESCOLA SUSTENTÁVEL E ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL

NATIONAL SUSTAINABLE SCHOOLS PROGRAM: UNDERSTANDING THE CONCEPTS OF SUSTAINABLE SCHOOL AND SUSTAINABLE EDUCATOR SPACE

PROGRAMA NACIONAL DE ESCUELAS SOSTENIBLES: COMPRENSIÓN DE LOS CONCEPTOS DE ESCUELA SOSTENIBLE Y ESPACIO EDUCADOR SOSTENIBLE

José Flávio Rodrigues Siqueira*

 <http://orcid.org/0000-0002-7275-0367>

Angela Maria Zanon**

 <http://orcid.org/0000-0003-3346-0604>

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapécó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SIQUEIRA, J. F. R.; ZANON, A. M. Programa nacional escolas sustentáveis: compreendendo os conceitos de escola sustentável e espaço educador sustentável. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 21, p. 539-556, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.4987>

RESUMO: Este trabalho diferencia os conceitos de “escola sustentável” e “espaço educador sustentável” a partir da análise dos documentos do Programa Nacional Escolas Sustentáveis e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Para isso, fez-se o recorte temporal de 2010-2018, pesquisou-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações as publicações acerca do PNES e realizou-se análise documental. Toda análise baseia-se no estabelecido por Fleck (2010) sobre estilos e coletivo de pensamento. Revela-se que os conceitos encontram-se difundidos nas ações da CNIJMA, no Processo Formativo Escolas Sustentáveis e Com-vida e no PDDE Escola Sustentável. Além disso, há convergência na compreensão do que seja escola sustentável e espaço educador sustentável, tanto nas Políticas Públicas para a Educação Ambiental quanto para os pesquisadores contemporâneos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Políticas Públicas.

ABSTRACT: This work differentiates the concepts of “sustainable school” and “sustainable educator space” from the analysis of the documents of the National Sustainable Schools Program and the National Curricular Guidelines for Environmental Education. For that, the temporal cut of 2010-2018 was made, the publications about the PNES were investigated at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and documentary analysis was carried out. All analysis are based on the one established by Fleck (2010) on styles and collective of thought. It is revealed that the concepts are diffused

in the actions of CNIJMA, in the Formative Process Sustainable Schools and Com-vida and in the PDDE Sustainable School. In addition, there is convergence in understanding what is a sustainable school and a sustainable educational space, both in Public Policies for Environmental Education and for contemporary researchers.

Keywords: Environmental Education. Sustainability. Public policy

RESUMEN: Este trabajo diferencia los conceptos de “escuela sostenible” y “espacio para educadores sostenibles” desde el análisis de los documentos del Programa Nacional de Escuelas Sostenibles y las Pautas Curriculares Nacionales para la educación ambiental. Para eso, se realizó el recorte temporal de 2010-2018, se investigaron las publicaciones sobre el PNES en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones y se realizó un análisis documental. Todo el análisis se basa en el establecido por Fleck (2010) sobre los estilos y el pensamiento colectivo. Se revela que los conceptos se encuentran difundidos en las acciones de CNIJMA, en el Proceso Formativo de Escuelas Sostenibles y Vida Social y en la Escuela Sostenible de PDDE. Además, existe una convergencia en la comprensión de lo que es una escuela sostenible y un espacio educativo sostenible, tanto en Políticas Públicas para la Educación Ambiental como para investigadores contemporáneos.

Palabras clave: Educación Ambiental. Sostenibilidad. Políticas públicas.

1 Introdução

A escola pública contemporânea tem, ao longo das últimas décadas, realizado grandes esforços para a promoção da Educação Ambiental e parte desse empenho deve-se às políticas públicas educacionais que ampliaram as discussões acerca desta temática.

Assim como a escola, as políticas públicas em Educação Ambiental vêm transformando-se durante os anos no intuito de aproximar-se mais de uma concepção crítica da interação homem-natureza-sociedade; por isso, pretende-se, diferenciar os conceitos de “escola sustentável” e “espaço educador sustentável” disseminados em documentos oficiais nacionais, tais como os do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (2010) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) (BRASIL, 2012b), a partir dos pressupostos de Fleck (2010), especificamente, àqueles relacionados ao *estilo de pensamento* e ao *coletivo de pensamento*.

O Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES) teve como objetivo “[...] apoiar a transição das escolas para que se constituam como espaços educadores sustentáveis, contribuindo para a melhoria da qualidade na Educação Básica” (BRASIL, 2014a, p. 7). Para tanto, o PNES esteve estruturado em 7 (sete) ações, a saber: (1) criação e fortalecimento de instâncias de participação e de decisão na comunidade escolar; (2) formação continuada de profissionais da educação e demais integrantes do coletivo escolar; (3) criação e animação de comunidades virtuais de aprendizagem; (4) promoção de estudos e pesquisas sobre sustentabilidade nas instituições educacionais; (5) financiamento de ações desenvolvidas nas escolas e por municípios e estados que aderirem ao Programa; (6) comunicação e educomunicação sobre sustentabilidade socioambiental; e (7) fortalecimento de escolas e comunidades em situação de vulnerabilidades socioambientais (BRASIL, 2014a).

Estas sete ações foram organizadas em quatro componentes: (1) currículo da escola sustentável; (2) gestão democrática para a sustentabilidade; (3) espaço escolar e sustentabilidade; (4) Relações Escola-Comunidade (BRASIL, 2014a).

Desse modo, reconhece-se a ampla atuação do Programa e a defesa por uma educação transformadora. Sobre o PNES Wiziack, Vargas e Zanon (2013, p. 3), afirmam que o programa “[...] recebeu acolhida das inúmeras linhas de implementação de políticas públicas voltadas para uma escola mais integrada às realidades socioambientais e também integradora dos educandos as suas realidades”.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Educação, por meio do Conselho Pleno, reconhecendo o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental, publicou a Resolução nº 2, de 12 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental na justificativa de que o “[...] atual

* Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade Campo Grande.
E-mail: siqueirajfr@gmail.com

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1977), mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1982) e doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente e Orientadora no Programa de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ensino de Ciências - INFI/UFMS. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental e Ensino de Ciências e Biologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, ensino de ciências, formação de professores. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da UFMS pelo período de 2016 a 2018.
E-mail: angela.zanon@ufms.br

contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias” (BRASIL, 2012b, p. 2) são evidenciadas na prática social.

De acordo com as DCNEA, a Educação Ambiental promovida pelas instituições de ensino deve contemplar o “[...] estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2012b, p. 5).

Assim, percebe-se que as DCNEA têm o cuidado de explicitar que os “espaços educadores sustentáveis” se relacionam a uma proposta de educação para a sustentabilidade socioambiental. Adiante, no art. 21, as Diretrizes impõem que:

Os sistemas de ensino devem promover as condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território (BRASIL, 2012b, p. 7).

Notadamente, as Diretrizes não são aplicáveis somente às escolas públicas de educação básica, como o PNES, mas também abrangem as escolas privadas e as instituições de ensino superior.

Em face do exposto, justifica-se este trabalho para que os profissionais da educação básica tenham a plena compreensão dos conceitos de “escola sustentável” e “espaço educador sustentável” e o quão estão relacionados entre si e com as políticas públicas em Educação Ambiental.

2 Metodologia

Para atender ao objetivo do trabalho, foi necessário o recorte temporal que compreende o período de 2010 a 2018; afinal, neste período, foram estabelecidas propostas governamentais que expuseram as terminologias “escola sustentável” e/ou “espaço educador sustentável”.

Para tanto, foi realizada busca por produção científica brasileira acerca do Programa Nacional Escolas Sustentáveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, revisão de literatura a respeito do PNES e de maneira síncrona, a análise documental foi adotada, pois todas as ações escolares são demandas por diversos instrumentos normativos nacionais que sugerem as expressões “escola sustentável” ou “espaço educador sustentável”. Por isso, na busca, foram utilizados três descritores: Programa

Nacional Escolas Sustentáveis; Escola Sustentável; e Espaço Educador Sustentável.

Assim, conforme ilustrado na Tabela 1, descobriram-se 14 dissertações e três teses durante o período de 2014-2018.

Tabela 1 – Instituições e quantidades de pesquisas realizadas

Instituição	Ano	Dissertação	Tese
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		1	-
Universidade Federal do Rio Grande (UFRG)	2014	-	1
Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)		1	-
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)		1	-
Universidade de Brasília (UNB)	2015	1	-
Pontífice Universidade Católica de Goiás (PUC)		1	-
Universidade Estadual Paulista (UNESP)		2	-
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)		1	-
Universidade de Brasília (UNB)	2016	1	1
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		1	-
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)		1	-
Universidade Estadual de São Paulo (USP)	2017	1	-
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)		1	-
Universidade de Brasília (UNB)		1	-
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2018	-	1
Total		14	3

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Após a coleta destes trabalhos, procedeu-se a leitura dos textos com o propósito de conhecer o Programa Nacional Escolas Sustentáveis e o significado dos conceitos “escolas sustentáveis” e “espaço educador sustentável”. Logo, a partir desta revisão de literatura, três dissertações de mestrado foram selecionadas para discussão por apresentarem riqueza de detalhes sobre o PNES e conceituações explícitas dos termos que são objeto de estudo deste trabalho.

Tabela 2 – Dissertações selecionadas para a discussão

Autor e Orientador	Título	Ano	Instituição
Camila Santos Tolosa Bianchi Vera Margarida Lessa Catalão	Programa Nacional Escolas Sustentáveis: o fluxo de uma ideia no campo das políticas públicas de educação ambiental	2016	UNB
Daniela Botti Dias Bastos Andrea Rabinovici	Reflexões sobre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis	2016	UFSCar
Raíssa Donatelli Veríssimo de Mello Maria de Lourdes Spazziani	Escolas Sustentáveis: limites e possibilidades para educação socioambiental	2016	USP

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

A análise está alicerçada nos postulados de Fleck (2010) e obras de estudiosos contemporâneos da Educação Ambiental, tais como: Trajber e Sato (2010), Borges (2011), Moreira (2011), Pereira *et al.* (2011) entre outros.

3 Resultados e Discussões

O Programa Nacional Escolas Sustentáveis teve foco central na pesquisa de Bastos (2016). Segundo a autora:

O Programa Escolas Sustentáveis foi uma inspiração de uma proposta inglesa, mas que teve diversas alterações, desconstruções e construções sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA) do MEC e três universidades federais que colaboraram na transformação da proposta: Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso do Sul (UFMS) e Ouro Preto (UFOP). O lançamento do programa ocorreu em 2010, no Sesc Pantanal, em Poconé, MT. (BASTOS, 2016, p. 37).

Apesar do enunciado pela pesquisadora, no tocante ao ano de lançamento do Programa, revela-se que o manual – em versão preliminar, foi disponibilizado somente no ano de 2014. Outra consideração importante trazida por Bastos (2016) diz respeito à conformidade entre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Neste, é anunciado que:

[...] para o enfrentamento da mudança do clima, o MEC propõe a implementação de programas de espaços educadores sustentáveis com readequação de prédios (escolares e universitários) e da gestão, além da formação de professores e da inserção da temática nos currículos e materiais didáticos. (BRASIL, 2008, p. 113).

Assim, inicia-se a veiculação das terminologias “escolas sustentáveis” e “espaços educadores sustentáveis” em documentos dos órgãos executores das políticas públicas de Educação Ambiental, tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o Ministério da Educação.

O Programa Nacional Escolas Sustentáveis, dentre as diversas ações elencadas, proporcionou às escolas públicas brasileiras duas grandes ações: 1) Processo Formativo “Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida”; e 2) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Escolas Sustentáveis.

O processo formativo deu-se, via formação continuada a distância nas modalidades de extensão, aperfeiçoamento e especialização, a partir do lançamento do Edital nº 6 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão de 1º de abril de 2009. Este edital listava 14 possibilidades de cursos aos proponentes; dentre eles, estava o “Curso de Educação Ambiental: escolas sustentáveis e Com-Vida de carga-horária de 90 h”, que foi organizado e ofertado a partir de um projeto de extensão, em

sistema UAB, e envolveu a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Segundo Bastos (2016, p. 40) “[...] a primeira versão do curso foi intitulada ‘Processo Formativo em Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida’”, ocorrida em 2010 e concebida para “formar professores do ensino fundamental e médio”.

Sobre essa oferta, Pereira *et al.* (2011, p. 4) mencionam que “[...] o curso propõe que as escolas onde docentes participaram do processo formativo tenham em pauta a intencionalidade pedagógica de se tornarem espaços educadores sustentáveis, referências de sustentabilidade socioambiental”. Estes autores explicam que o curso de 90 horas foi dividido em 3 (três) módulos, realizado na modalidade a distância com uso do Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em 16 estados e no Distrito Federal, “abrangendo cerca de 1.600 cursistas assíduos, a partir de 39 polos da UAB” (PEREIRA *et al.*, 2011, p. 6).

De acordo com Wiziack, Vargas e Zanon (2013, p. 4), o processo formativo culminou em “um projeto de escola considerando-a um espaço educador sustentável”. Para tal, o processo formativo foi estruturado assim:

O processo formativo se inicia com a memória ambiental de cada cursista. Dessa forma, o primeiro módulo denomina-se “EU”, sendo nele realizado o registro da biografia ecológica e pegada ecológica individual. O intuito é o da construção de uma ecoidentidade, ou de uma identidade desse educador ambiental. No segundo módulo, o “OUTRO” é abordado. Com ele, a escola surge como referência para a construção do que se denomina corresponsabilidade. Nesse momento, o cursista se envolve diretamente com a sua escola, buscando compreendê-la em sua amplitude socioambiental. São focados elementos da gestão, do currículo e do espaço da escola. Também são incentivados diálogos que permitam entender e rever o Projeto Pedagógico Escolar e a Com-Vida. Os cursistas elaboram um mapa da escola em sua relação com a comunidade. O terceiro módulo o “MUNDO”, chamando a atenção para a comunidade, sem perder a referência da escola. A ideia é que neste momento os cursistas possam fortalecer escola e comunidade para influírem nas políticas locais em favor da sustentabilidade socioambiental. (WIZIACK; VARGAS; ZANON, 2013, p. 4).

Até o presente momento, o Programa Nacional Escolas Sustentáveis, por meio do Processo Formativo Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida, apresenta a terminologia “escola(s) sustentável(is)” como nome

fantasia enquanto o termo “espaço educador sustentável” é apresentado como uma proposta de Educação Ambiental crítica e transformadora, com vistas à sustentabilidade socioambiental.

Nesse momento, reconhece-se o que Fleck (2010) orienta acerca dos estilos de pensamento e coletivo de pensamento. De acordo com este autor, o trabalho em *comunidade* pode ocorrer de duas maneiras: simplesmente aditivo ou verdadeiramente coletivo. Ainda, admite-se que “[...] ambas as formas podem ser encontradas no pensamento e especificamente no processo do conhecimento” (FLECK, 2010, p. 149). Dito isto, acorda-se que os conceitos de “escola sustentável” e “espaços educadores sustentáveis” estão em construção durante o processo formativo aos educadores, mas também pelos próprios organizadores do PNES.

Prosseguindo, o “PDDE Escola Sustentável” também é uma ação integrante ao PNES e foi regulamentado pela Resolução/CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do Censo Escolar do ano imediatamente anterior ao do repasse, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

De acordo com o artigo 2º desta resolução, os recursos financeiros deviam ser empregados em ações com vistas a “[...] à melhoria da qualidade de ensino e à transição das escolas para a sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo e o espaço físico, de forma a tornarem-se espaços educadores sustentáveis” (BRASIL, 2013b, p. 2).

Concomitantemente, a esta Resolução foi organizado o Manual Escolas Sustentáveis para que os gestores das escolas pudessem compreender os pressupostos da Resolução, bem como organizar o Plano de Ação para captação e execução do recurso financeiro.

Bastos (2016) esclarece que na edição PDDE Escola Sustentável de 2013 foram estabelecidos critérios de participação, tais como: escola em município de eminência de situação de risco ambiental; escola que participou de edições da Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) e participação nos processos formativos fomentados pelo MEC.

A estudiosa do PNES revela o porquê do processo formativo ser um dos critérios para a adesão ao PDDE Escola Sustentável em 2013, tal qual o de “[...] instruir os educadores, ampliando seu direcionamento, e promover uma aplicabilidade dos recursos mais efetiva e eficaz dentro dos objetivos de consolidar espaços educadores sustentáveis” (BASTOS, 2016, p. 38).

Ainda sentencia que “[...] em uma situação cuja equipe gestora não possui conhecimentos aprofundados para elaborar um novo projeto político pedagógico seguindo as premissas da sustentabilidade, o processo de formação torna-se essencial” (BASTOS, 2016, p. 38).

A edição de 2014 do PDDE Escolas Sustentáveis foi regulamentada pela Resolução/CD/FNDE/MEC nº 18, de 3 de setembro de 2014, que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para escolas públicas da educação básica, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares. A diferença desta edição para a anterior pauta-se na exclusão de recursos financeiros para escolas prioritárias e passa a condicionar o recurso à realização da Conferência Escolar da IV CNIJMA.

Não houve alteração nos eixos, valores e número de estudantes para destinação de recursos, a saber: a) eixos ou ações financiáveis: I – apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida); II – adequar o espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética, uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; e III – promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola; b) valores e número de estudantes: I até 199 estudantes o valor de R\$ 8.000,00; II 200 a 499 estudantes o valor de R\$ 10.000,00; III 500 a 999 estudantes o valor de R\$ 12.000,00; e IV acima de 999 estudantes o valor de R\$ 14.000,00 (BRASIL, 2013b, 2014b).

Convém mencionar que o tema da IV CNIJMA foi “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”, pois assim é possível compreender o porquê da participação das escolas na etapa Conferência Escolar da IV Conferência Infância-juvenil pelo Meio Ambiente ser condicionante para o recurso financeiro do PDDE Escolas Sustentáveis.

Assim, percebe-se que há uma congruência nas ações de Educação Ambiental durante o período de existência do PNES, bem como da usabilidade da expressão Escola Sustentável como título para as atividades, enquanto os pressupostos educativos organizados a partir da expressão “espaço educador sustentável”.

Desta forma, compreende-se que os conceitos estão “fazendo parte de uma comunidade”; por isso, concebe-se que “[...] o estilo de pensamento passa por um fortalecimento social comum a todas as formações sociais e é submetido a um desenvolvimento através de gerações” (FLECK, 2010, p. 150). Em outras palavras, os conceitos ao serem fortalecidos serão difundidos de tal forma a não se pensar em outra maneira, o que revela a alta veiculação dos conceitos de “escola sustentável” e/ou “espaço educador sustentável” nos documentos a partir do PNES.

A partir desse momento, serão apresentadas as definições para essas terminologias nos documentos que baseiam as ações supramencionadas, da mesma maneira que em pesquisas e aporte teóricos que referendaram os documentos governamentais.

Logo na introdução do caderno “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”, tem-se a afirmação de que “tornar a escola um espaço educador sustentável contribuirá com a melhoria da relação de aprendizagem” (BRASIL, 2012a, p. 10). E, imediatamente abaixo, há uma questão: “Mas, afinal, o que é uma escola sustentável?” (BRASIL, 2012a, p. 10).

De acordo como o caderno, a escola sustentável é:

[...] um local onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção e conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. (BRASIL, 2012a, p. 10).

Além disso, uma escola sustentável é “[...] também uma escola inclusiva, que respeita os direitos humanos e a qualidade de vida e que valoriza a diversidade” (BRASIL, 2012a, p. 10).

Continuando a leitura, o caderno apresenta 6 (seis) ações que a escola precisa fazer para ser sustentável: promover a saúde das pessoas e do ambiente; cultivar a diversidade biológica, social, cultural, etnoracial, de gênero; respeitar os direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes; ser segura e permitir acessibilidade e mobilidade para todos; favorecer o exercício de participação e o compartilhamento de responsabilidades; e promover uma educação integral (BRASIL, 2012a).

A escola sustentável, tal como preconizada no caderno, está alicerçada no cuidado, na integridade e no diálogo. Por isso, na escola sustentável “[...] o currículo cuida e educa, pois é orientado por um projeto político-pedagógico que valoriza a diversidade e estabelece conexões entre a sala de aula e os diversos saberes” (BRASIL, 2012a, p. 11); “[...] a gestão cuida e educa, pois encoraja o respeito à diversidade, a mediação pelo diálogo, a democracia e a participação” (BRASIL, 2012a, p. 12); e “[...] o espaço físico cuida e educa, pois tanto as edificações quanto o entorno arborizado e ajardinado são desenhados para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social” (BRASIL, 2012a, p. 11).

Verifica-se a inspiração do caderno nos enunciados por Trajber e Sato (2010), pois para estas autoras o cuidado, a integridade e o diálogo são 3 (três) pedagogias que referendam as escolas sustentáveis. Essas autoras resumem as escolas sustentáveis como àquelas escolas que, por intermédio das três pedagogias:

[...] querem envolver escola e comunidade em pequenos projetos ambientais escolares comunitários, considerando o sujeito [estudante] percebido no mundo, suas relações no mosaico social da escola e seu entorno [comunidade] e no desenvolvimento de atividades, projetos e planos que se entrelacem com o local [bairro, município educador sustentável], promovendo diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais. (TRAJBER; SATO, 2010, p. 73).

Apesar de não mencionarem, Trajber e Sato (2010) também apresentam o conceito de espaços educadores sustentáveis pautados nas dimensões do currículo, edificações e gestão porque revelam o surgimento do conceito como uma provocação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Plano Nacional sobre Mudança no Clima.

De maneira análoga, o caderno do Processo Formativo Escolas Sustentáveis e Com-Vida ao explicitar a escola como espaço educador sustentável menciona:

Na escola sustentável, o espaço físico cuida e educa, pois incorpora tecnologias e materiais mais adaptados às características ambientais e sociais de cada região. [...] Na escola sustentável, a gestão cuida e educa, pois encoraja relações de respeito à diversidade, mais democráticas e participativas. [...] Na escola sustentável, o currículo cuida e educa, pois é iluminado por um Projeto Político-Pedagógico que estimula a visão complexa da educação integral e sustentável. (BRASIL, 2010, p. 11).

Notadamente, as definições são escritas de maneiras diferentes; porém, são sinônimas. Além disso, a influência do Processo Formativo na Conferência Infanto-juvenil concretiza-se ao realizar a leitura das referências bibliográficas e a presença de notas de rodapé que aproximam os dois cadernos.

Esclarece-se que isso não é visto como algo negativo; mas, sim, como prova do sincronismo entre as ações governamentais de Educação Ambiental. É evidente a construção de uma forma coesa e da propagação de um estilo coletivo de pensamento, pois “[...] assim se forma uma engrenagem universalmente coesa de fatos que se mantêm em equilíbrio mediante constantes efeitos recíprocos” (FLECK, 2010, p. 154).

Na mesma perspectiva, a resolução que regulamenta o PDDE Escolas Sustentáveis, considera espaços educadores sustentáveis aquelas:

[...] instituições de ensino que desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar a comunidade escolar para a construção de uma

sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável, fomentando ações que abrangem as dimensões currículo, gestão e espaço físico e compensem seus impactos ambientais com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações, na intencionalidade de educarem para a sustentabilidade socioambiental, tornando-se referência em seu território. (BRASIL, 2013b, p. 2).

Por outro lado, o “Manual Escolas Sustentáveis” diz que escolas sustentáveis são definidas como “[...] aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2013b, p. 2). O Manual também informa que “[...] a transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo” (BRASIL, 2013b, p. 2).

Constata-se, a partir desse momento, que o manual do PDDE Escolas Sustentáveis utiliza-se dos mesmos pressupostos educativos constantes nos cadernos do Processo Formativo e da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. No entanto, a resolução que regulamenta o PDDE Escolas Sustentáveis tem os mesmos princípios, mas diverge na denominação.

Deve-se notar que “[...] em cada estilo de pensamento há sempre traços da descendência de muitos elementos da história evolutiva” (FLECK, 2010, p. 150). Infere-se que a divergência, nesse caso, atua ora como resistência à aceitação de uma conceituação única, ora como conceito em construção.

Na persistência de compreender se há divergência nas nomenclaturas ou se elas são sinônimas, apresenta-se Borges (2011, p. 16) que define espaços educadores sustentáveis como “[...] aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituírem em referências de sustentabilidade socioambiental”. A autora, ainda explica, pautada em Czapski e Trajber (2010), que são:

[...] espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Permitindo maior qualidade de vida, esses espaços educam por si e irradiam sua influência para as comunidades nas quais se situam. (BORGES, 2011, p. 16).

Admite-se que a definição de Borges (2011) está em consonância com as apresentadas nos documentos do Processo Formativo, do PDDE Escolas Sustentáveis e da IV

Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. No entanto, sem caracterizar tão fortemente as três dimensões: currículo, gestão e espaço físico. Contudo, estas dimensões são altamente marcadas por Moreira (2011) na possibilidade de transformação das escolas em escolas sustentáveis.

Moreira (2011, p. 17) admite que:

[...] para que a educação ambiental seja efetiva e contribua com a mitigação dos efeitos das mudanças do clima e a formação de uma nova cidadania, propõe-se que as instituições de ensino sejam incubadoras de mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo.

Destaca-se na afirmação da autora a menção às mudanças climáticas que também foi trazida por Bastos (2016) quando anuncia a proximidade entre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Em Bianchi (2016), foi possível encontrar uma diferenciação entre os conceitos e até mesmo uma proposta de que as escolas sustentáveis são aquelas que conseguem constituir-se em espaços educadores sustentáveis. Nas palavras desse autor:

[...] a proposta conceitual de escolas sustentáveis desenvolvida pelo MEC reflete a visão de educação ambiental compartilhada nos países latino-americanos, que enfatiza as relações entre sociedade e natureza, fortalecendo as noções de democracia e atuação compartilhada em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida. A concepção de escolas sustentáveis transcende a noção de espaços [...] educadores sustentáveis, no sentido estrito de estruturas vinculadas a processos, pois as escolas ao irradiarem conhecimentos, valores e visões de mundo, tornam-se sustentáveis por conseguirem fazer permear a sustentabilidade de forma articulada nas três dimensões que a constituem: espaço físico, gestão e currículo. (BIANCHI, 2016, p. 60).

As contribuições de Bianchi (2016) para este trabalho vão além dessa proposta conceitual, visto que, em sua pesquisa, essa autora aborda concepções de escolas sustentáveis na perspectiva do Programa Nacional Escolas Sustentáveis a partir de entrevistas com gestores da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação e pesquisadores que elaboraram e executaram o processo formativo “Escolas Sustentáveis e Com-Vida”.

Assim, Bianchi (2016, p. 66) afirma que:

[...] identifiquei que as escolas sustentáveis representam um horizonte utópico, que

busca desenvolver no espaço escolar uma nova cultura, fundada na noção multidimensional de sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural ética, estética, espiritual), com base em intensa participação, no sentido de formar cidadãos e cidadãs politicamente engajados na transição para uma nova sociedade.

Além disso, a pesquisadora ressalta que a proposta de escola sustentável tem a necessidade de:

[...] desenvolver uma visão sistêmica de comunidade escolar e do seu potencial transformativo para empreender as mudanças na escola e na comunidade, e também de trabalhar com aprendizagem significativa, calcada na realidade imediata dos estudantes e permeada pela reflexão sobre causas estruturais globais dos problemas vivenciados no local e que traz a complexidade relativa às questões socioambientais. (BIANCHI, 2016, p. 67).

Por fim, Bianchi (2016, p 68-69) esclarece:

As visões dos gestores sobre escolas sustentáveis são sinérgicas e demonstram o alinhamento conceitual. Tradicionalmente, o governo brasileiro tem utilizado o termo “desenvolvimento sustentável” para suas políticas relacionadas à área ambiental. No PNES, o termo “sustentabilidade” foi utilizado tal como preconizado no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e na Carta da Terra, documentos internacionais que inspiraram a Lei 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, e lidam com a ideia de sociedades sustentáveis, em oposição ao ideário desenvolvimentista implícito no termo desenvolvimento sustentável.

Na visão dos pesquisadores entrevistados por Bianchi, a concepção de escolas sustentáveis define-se

[...] não somente como proposta preventiva ou mitigatória para diminuirmos ou evitarmos problemas socioambientais, mas as caracterizam essencialmente pela intencionalidade pedagógica de se constituírem como referências de sustentabilidade socioambiental, articulando currículo, gestão e espaço físico. Um caminho de construção de sociabilidades solidárias, amorosas, de relações criativas e afetivas com a natureza, da qual somos parte. (BIANCHI, 2016, p. 70).

Esta última visão assemelha-se ao dito por Mello (2016) que, durante a pesquisa sobre os limites e possibilidades para a educação socioambiental por meio das escolas sustentáveis, apoia-se em Dourado, Belizário e Paulino (2015) para explicar que “[...] a criação de Escolas Sustentáveis, não é um projeto puramente intelectual criado para as escolas, mas, sim, uma vivência profunda das dores e das delícias do que se quer de verdade, para ser a mudança que se deseja ver no mundo” (MELLO, 2016, p. 82). O que em outras palavras “é reunir todas as experiências da EA em um grande projeto de transformação para a escola” (MELLO, 2016, p. 82).

De maneira mais sintética, Grohe (2014, p. 13) considera que a política para as escolas sustentáveis “[...] está aos poucos sendo difundida no Brasil com a proposta de transformar as escolas em espaços educadores sustentáveis”. Nas palavras da autora, o que se espera “[...] é que esta prática seja sistêmica, fortalecida pelos processos formativos, legislações, conferências, assim como outros movimentos e, com isso, provocadora de mudanças locais (escola e comunidade) e, conseqüentemente, globais (educação brasileira)” (GROHE, 2014, p. 13).

Desse modo, evidencia-se que o coletivo de pensamento envolvido com a disseminação da proposta da transformação de escola em escola sustentável apoiada nos princípios dos espaços educadores sustentáveis é um coletivo estável de pensamento. De acordo com Fleck (2010, p. 155), “[...] essas comunidades estáveis (ou relativamente estáveis) de pensamento, assim como outras comunidades organizadas, cultivam um certo fechamento na forma e no conteúdo”. O autor exemplifica que “[...] dispositivos legais e costumários, linguagens específicas, em alguns casos, ou pelo menos um vocabulário peculiar, fecham a comunidade de pensamento formalmente, mesmo se não for de maneira absoluta” (FLECK, 2010, p. 155).

Por fim, faz-se necessário revelar que todas as pesquisas mencionadas até o momento, bem como os documentos norteadores das políticas públicas em Educação Ambiental citados neste trabalho têm em suas referências a proposta de Escola Sustentável de Lucia Legan (2004).

Legan (2009) acredita que a transformação da escola em uma escola sustentável ocorre passo a passo a partir da criação de habitats. Em outras palavras, as experiências de aprendizagem com base no habitat “[...] têm um impacto positivo na compreensão da criança sobre importantes conceitos científicos e suas técnicas investigativas, na mesma medida em que há uma significativa melhora na sua atitude em relação ao meio ambiente” (SKELLY, 1997 *apud* LEGAN, 2009, p. 13).

Legan (2009) explica que a proposta de escola sustentável e da criação de habitats está ancorada nos princípios da Permacultura¹ e vincula os processos de aprendizagem aos de transformação do espaço físico, do currículo e da gestão. Diante disso, fica evidente o porquê dos

¹ Permacultura é um método reconhecido para alcançar uma cultura sustentável e significa cultura permanente. É um sistema de *design* para a criação de ambientes produtivos, sustentáveis e ecológicos para que possamos habitar na Terra sem destruir a vida (LEGAN, 2004, p. 16).

pesquisadores e dos documentos normativos das ações do PNES remeterem a Legan (2004, 2009). Basta ver que “[...] a educação para a sustentabilidade é a criação de um meio ambiente sustentável onde as pessoas possam viver e trabalhar” (LEGAN, 2009, p. 26).

Reconhece-se que o conhecimento é um produto social, ou seja, retrata um processo proveniente da atividade humana e das condições sociais em que ela ocorre; por isso, “[...] qualquer aprendizagem é continuação de uma tradição e de uma sociedade” (FLECK, 2010, p. 85).

Dessa maneira, torna-se facilmente compreensivo perceber as influências descritas neste trabalho, basta recorrermos à estrutura do universo científico e perceberemos o quão social é sua organização. Podemos exemplificar com trabalhos científicos que são organizados coletivamente; publicações com autores que trabalham em mesma instituição ou em instituições diferentes; além dos processos hierárquicos existentes para a publicação em periódicos, aceites em congressos, participação em grupos de estudo, entre outros.

Em outras palavras, “[...] o portador do saber é um coletivo bem organizado, que supera de longe a capacidade de um indivíduo” (FLECK, 2010, p. 85). Embora a Educação Ambiental pertença ao grupo das ciências humanas – muitas vezes consideradas menos elaboradas que as ciências exatas –, é possível conceber um coletivo estruturado e atualmente em prol da disseminação da sustentabilidade socioambiental.

4 Considerações finais

A partir da análise dos documentos norteadores do Programa Nacional Escolas Sustentáveis – sobretudo, aqueles concernentes ao Processo Formativo Escolas Sustentáveis e Com-Vida e ao PDDE Escola Sustentável e análise das políticas públicas em Educação Ambiental vigente –, afirma-se que os conceitos de “escola sustentável” e de “espaços educadores sustentáveis” se confundem, muito pela forma como são descritos, mas a leitura aprofundada revela que o conceito “escola sustentável” é uma proposta de escola enquanto o “espaço educador sustentável” implica princípios e fundamentos com base em pedagogias que oportunizam a escola transformar-se em escola sustentável.

De maneira análoga, a pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações revela pesquisadores comprometidos com a compreensão do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, assim como a definição dos conceitos de “escola sustentável” e “espaços educadores sustentáveis”. Portanto, corroboram com a alegação de que se atinge a escola sustentável por meio de um espaço educador sustentável. Dessa forma, a escola sustentável seria um estágio ideal que será alcançado – se alcançado – a partir de princípios específicos.

Por fim, considera-se que os envolvidos com a disseminação dos conceitos pesquisados fazem parte de uma comunidade estável de pensamento por que têm muito aprofundamento na área de saber, aqui definida como Educação Ambiental, e muito vínculo a um estilo de pensamento. Logo, “o saber vive no coletivo e é continuamente retrabalhado” (FLECK, 2010, p. 145).

Referências

BASTOS, Daniela Botti Dias. **Reflexões sobre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Orientador: Célia Regina Russo. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016.

BIANCHI, Camila Santos Tolosa. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis: o fluxo de uma ideia no campo das políticas públicas de educação ambiental**. Orientador: Vera Margarida Lessa Catalão. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BORGES, Carla. *O que são espaços educadores sustentáveis*. In: BRASIL. **Espaços Educadores Sustentáveis**. Ano XXI, Boletim 07. Salto para o Futuro: TV Escola. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espacoseducadoresustentaveis.pdf Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC**. Brasília: dez. 2008. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Processo Formativo Escolas Sustentáveis e COM-VIDA**. Brasília: MEC, SECADI, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319901645/Processo-Formativo-Escolas-Sustentaveis-e-Com-Vida>. Acesso em: 2 dez. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Tereza Moreira (elaboradora). Brasília: MEC, SECADI, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012b**. Estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_

docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Escolas Sustentáveis**: Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013a. Disponível em: http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 18, de 21 de maio de 2013b**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4542-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-18,-de-21-de-maio-de-2013>. Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Versão Preliminar 2014a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/oBoW7JKEkeDaSYzFHS3JNZzhFZEU/edit>. Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE/MEC n. 18, de 3 de setembro de 2014b**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/6017-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fndemec-n%C2%BA-18,-de-3-de-setembro-de-2014>. Acesso em: 11 maio 2019.

FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Tradução de George Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. Escolas Sustentáveis como proposta de política pública no Brasil. *In*: ANPED SUL, 10., out. 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: ANPED SUL, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1429-1.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

LEGAN, Lucia. **A escola sustentável**: eco-alfabetizando pelo ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Pirenópolis: Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), 2004.

LEGAN, Lucia. **Criando habitats na escola sustentável**: livro do educador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Pirenópolis: Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), 2009.

MELLO, Raísa Donatelli Veríssimo De. **Escolas Sustentáveis**: limites e possibilidades para educação socioam-

biental. Orientador: Maria de Lourdes Spazziani. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016.

MOREIRA, Tereza. **Escolas Sustentáveis: currículo, gestão e edificações**. In: BRASIL. Espaços Educadores Sustentáveis. Ano XXI. Boletim 07. Salto para o Futuro: TV Escola. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

PEREIRA, Dulce Maria; MENDONÇA, Renato de; VIANA, Glauce Viana de; ZANON, Angela Maria. Processo de formação de professores por intermédio do ensino a distância para a promoção de transformações socioambientais: processo formativo escolas sustentáveis e com-vida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 8., Ouro Preto, 3-5 out. 2011, Ouro Preto. **Anais eletrônicos [...]**. Ouro Preto: Unirede, 2011. Disponível em: <https://gpeaufmt.blogspot.com/p/escolas-sustentaveis.html>. Acesso em: 11 maio 2019.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas Sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396/2054>. Acesso em: 11 maio 2019.

WIZIACK, Suzete Rosana de Castro, VARGAS, Icléia Albuquerque; ZANON, Angela Maria. *Programa Escolas Sustentáveis: reflexões para a formação de educadores ambientais no Brasil*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., Rio Claro, 7-10 jul. 2013. **Anais eletrônicos [...]**. Rio Claro:?, 2013. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/ple-nary/0136-1.pdf. Acesso em: 9 maio 2019.

Recebido em: 09/07/2019

Aprovado em: 21/10/2019

Publicado em: 20/12/2019